

ÍNDICE-SUMÁRIO

TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro	9
Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho	15
Lei nº 82-E/2014, de 31 de Dezembro	17
CAPÍTULO I Incidência	39
SECÇÃO I Incidência real	39
SECÇÃO II Incidência pessoal	61
CAPÍTULO II Determinação do rendimento coletável	70
SECÇÃO I Regras gerais	70
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	73
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	75
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	83
SECÇÃO V Rendimentos prediais	84
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	85
SECÇÃO VII Pensões	90
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	91
SECÇÃO IX Abatimentos	92
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento coletável	92
CAPÍTULO III Taxas	97
CAPÍTULO IV Liquidação	106
CAPÍTULO V Pagamento	123
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	139
CAPÍTULO VII Fiscalização	148
CAPÍTULO VIII Garantias	150
CAPÍTULO IX Disposições diversas	150

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS	
Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto	153
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS	
Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro	157
Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho	165
Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro	173
CAPÍTULO I Incidência	187
CAPÍTULO II Isenções	195
CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável	202
SECÇÃO I Disposições gerais	202
SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	203
SUBSECÇÃO I Regras gerais	203
SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	213
SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes	216
SUBSECÇÃO IV Imparidades	221
SUBSECÇÃO IV-A Provisões	221
SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos	223
SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas	229
SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados	234
SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros	236
SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrial	236
SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	238
SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos	243
SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	245
SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	246
SECÇÃO IV Entidades não residentes	248
SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos indiretos	249
SECÇÃO VI Disposições comuns e diversas	250

SUBSECÇÃO I Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	250
SUBSECÇÃO I-A Regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias híbridas	259
SUBSECÇÃO II Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	265
SUBSECÇÃO III Transformação de sociedades	271
SUBSECÇÃO IV Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	271
SUBSECÇÃO V Liquidação de sociedades e outras entidades	280
SUBSECÇÃO VI Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	282
SUBSECÇÃO VII Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	286
SECÇÃO VII Regime simplificado de determinação da matéria coletável	286
CAPÍTULO IV Taxas	289
CAPÍTULO V Liquidação	293
CAPÍTULO VI Pagamento	306
SECÇÃO I Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	306
SECÇÃO II Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	311
SECÇÃO III Disposições comuns	311
CAPÍTULO VII Obrigações acessórias e fiscalização	313
SECÇÃO I Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	313
SECÇÃO II Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas	325
SECÇÃO III Fiscalização	327
CAPÍTULO VIII Garantias dos contribuintes	328
CAPÍTULO IX Disposições finais	331
REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC	
Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro	333
TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO	
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro	359

CAPÍTULO I Incidência	363
CAPÍTULO II Isenções	379
SECÇÃO I Isenções nas operações internas	379
SECÇÃO II Isenções na importação	384
SECÇÃO III Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	386
SECÇÃO IV Outras isenções	388
CAPÍTULO III Valor tributável	390
SECÇÃO I Valor tributável nas transacções internas	390
SECÇÃO II Valor tributável na importação de bens	393
CAPÍTULO IV Taxas	394
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	395
SECÇÃO I Deduções	395
SECÇÃO II Pagamento do imposto	404
SECÇÃO III Outras obrigações dos contribuintes	407
SECÇÃO IV Regimes especiais	423
SUBSECÇÃO I Regime de isenção	423
SUBSECÇÃO II Regime forfetário dos produtores agrícolas	425
SUBSECÇÃO III Regime dos pequenos retalhistas	428
SUBSECÇÃO IV Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	432
SECÇÃO V Disposições comuns	433
CAPÍTULO VI Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	443
CAPÍTULO VII Garantias dos sujeitos passivos	447
CAPÍTULO VIII Disposições finais	448
LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	449
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	455
ANEXO A Lista das actividades de produção agrícola	456
ANEXO B Lista das prestações de serviços agrícolas	456
ANEXO C Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	456
ANEXO D Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	458
ANEXO E Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	458
ANEXO F Lista das actividades de produção agrícola	459
ANEXO G Lista das prestações de serviços agrícolas	459
REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS	
Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro	461
CAPÍTULO I Incidência	471

CAPÍTULO II Isenções	478
CAPÍTULO III Valor tributável	481
CAPÍTULO IV Taxas	482
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	482
SECÇÃO I Deduções	482
SECÇÃO II Reembolsos	483
SECÇÃO III Pagamento do imposto	483
CAPÍTULO VI Outras obrigações dos sujeitos passivos	484
CAPÍTULO VII Disposições finais	490

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO

Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	491
--	-----

PARTE I Parte geral

CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	497
CAPÍTULO II Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	504
CAPÍTULO III Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	508
CAPÍTULO IV Circulação em regime de suspensão	514
CAPÍTULO V Perdas e inutilização	519
CAPÍTULO VI Garantias	521
CAPÍTULO VII Circulação e tributação após a introdução no consumo	524

PARTE II Parte especial

CAPÍTULO I Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes	527
SECÇÃO I Álcool e bebidas alcoólicas	527
SECÇÃO II Bebidas não alcoólicas	540
CAPÍTULO II Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	542
CAPÍTULO III Imposto sobre o tabaco	556
CAPÍTULO IV Disposições finais	566

Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro

Artigo 407º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	567
--	-----

TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	571
CAPÍTULO I Aprovação	572

CAPÍTULO II Alterações legislativas	572
CAPÍTULO III Regime transitório	573
CAPÍTULO IV Disposições finais	584
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	
CAPÍTULO I Incidência	590
CAPÍTULO II Isenções	594
CAPÍTULO III Matrizes prediais	595
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	597
CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	598
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	598
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	598
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	602
SECÇÃO IV Avaliação directa	603
SECÇÃO V Disposições diversas	603
CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	604
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	604
SECÇÃO II Das operações de avaliação	604
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	613
SECÇÃO I Da propriedade rústica	613
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	613
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	616
SECÇÃO II Da propriedade urbana	617
SECÇÃO III Disposições comuns	619
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	620
SECÇÃO I De prédios rústicos	620
SECÇÃO II De prédios urbanos	622
SECÇÃO III Disposição comum	624
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	624
SECÇÃO I Disposições comuns	624
SECÇÃO II Matrizes cadastrais rústicas	626
SECÇÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	627
SECÇÃO IV Matrizes urbanas	627
SECÇÃO V Cadernetas prediais	628
SECÇÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	628
SECÇÃO VII Alterações matriciais	631
SECÇÃO VIII Renovação das matrizes	632
CAPÍTULO X Taxas	633
CAPÍTULO XI Liquidação	636

CAPÍTULO XII	Pagamento	638
CAPÍTULO XIII	Fiscalização	639
CAPÍTULO XIV	Garantias	641
CAPÍTULO XV	Adicional ao imposto municipal sobre imóveis	643
SECÇÃO I	Incidência	643
SECÇÃO II	Valor tributável	644
SECÇÃO III	Taxa	646
SECÇÃO IV	Liquidação e Pagamento	646
SECÇÃO V	Disposições relativas a impostos de rendimento	647
SECÇÃO VI	Outras disposições	648
CAPÍTULO XVI	Disposições diversas	649

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I	Incidência	653
CAPÍTULO II	Isenções	657
CAPÍTULO III	Determinação do valor tributável	662
CAPÍTULO IV	Taxas	668
CAPÍTULO V	Liquidação	670
CAPÍTULO VI	Cobrança	674
CAPÍTULO VII	Garantias	676
CAPÍTULO VIII	Fiscalização	677
CAPÍTULO IX	Disposições diversas	680

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Lei nº 150/99, de 11 de Setembro		683
CAPÍTULO I	Incidência	690
CAPÍTULO II	Isenções	698
CAPÍTULO III	Valor tributável	701
SECÇÃO I	Regras gerais	701
SECÇÃO II	Nas transmissões gratuitas	702
CAPÍTULO IV	Taxas	707
CAPÍTULO V	Liquidação	708
SECÇÃO I	Regras gerais	708
SECÇÃO II	Nas transmissões gratuitas	709
SECÇÃO III	Regras comuns	714
CAPÍTULO VI	Pagamento	715
CAPÍTULO VII	Garantias	718
CAPÍTULO VIII	Obrigações acessórias e fiscalização	719
SECÇÃO I	Regras gerais	719
SUBSECÇÃO I	Obrigações dos sujeitos passivos	719

SUBSECÇÃO II Obrigações de entidades públicas e privadas	721
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	722
CAPÍTULO IX Disposições diversas	723
Tabela Geral do Imposto do Selo	725
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	729
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	733
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	741
CAPÍTULO III Introdução no consumo	744
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	749
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	752
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	752
SUBSECÇÃO I Regras gerais	752
SUBSECÇÃO II Regras especiais	754
SECÇÃO II Expedição e exportação	760
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	762
SECÇÃO I Regras gerais	762
SECÇÃO II Regras especiais	764
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	764
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	768
SUBSECÇÃO II-A Famílias numerosas	771
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	772
SUBSECÇÃO IV Outras isenções	775
CAPÍTULO VII Disposições finais	776
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	777
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	786
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	788
Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro	
Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	791

BENEFÍCIOS FISCAIS

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	795
PARTE I Princípios gerais	803
PARTE II Benefícios fiscais com carácter estrutural	808
CAPÍTULO I Benefícios fiscais de natureza social	808
CAPÍTULO II Benefícios fiscais à poupança	811
CAPÍTULO III Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	812
CAPÍTULO IV Benefícios fiscais às zonas francas	826
CAPÍTULO V Benefícios fiscais relativos a relações internacionais	835
CAPÍTULO VI Benefícios fiscais à capitalização das empresas	838
CAPÍTULO VII Benefícios fiscais relativos a bens imóveis	843
CAPÍTULO VIII Outros benefícios fiscais	850
CAPÍTULO IX Benefícios fiscais à reestruturação empresarial	860
CAPÍTULO X Benefícios fiscais relativos ao mecenato	862
CAPÍTULO XI Benefícios às cooperativas	869
CAPÍTULO XII Benefícios pela exigência de fatura	871
CAPÍTULO XIII Benefício ao reinvestimento de lucros e reservas	871
PARTE III Benefícios fiscais com carácter temporário	871

CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO

Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de Outubro	877
CAPÍTULO I Objeto	881
CAPÍTULO II Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo	881
SECÇÃO I Âmbito de aplicação	881
SECÇÃO II Condições de elegibilidade	882
SECÇÃO III Benefícios	885
SECÇÃO IV Procedimento	889
CAPÍTULO III Regime fiscal de apoio ao investimento	892
CAPÍTULO IV Dedução por lucros retidos e reinvestidos	897
CAPÍTULO V Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial	900
CAPÍTULO VI Limites máximos aplicáveis aos auxílios estatais com finalidade regional	906

PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	911
TÍTULO I Disposições gerais	917
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	917
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	918
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	918
SECÇÃO II Da legitimidade	919
SECÇÃO III Da competência	920
SECÇÃO IV Dos actos procedimentais e processuais	923
SUBSECÇÃO I Dos prazos	923
SUBSECÇÃO II Do expediente interno	925
SUBSECÇÃO III Das notificações e citações	927
TÍTULO II Do procedimento tributário	933
CAPÍTULO I Disposições gerais	933
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	935
CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	936
SECÇÃO I Da instauração	936
SECÇÃO II Da decisão	937
SECÇÃO III Dos juros indemnizatórios	937
SECÇÃO IV Procedimentos próprios	938
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	940
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	941
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	942
CAPÍTULO VII Da cobrança	945
SECÇÃO I Disposições gerais	945
SECÇÃO II Das garantias da cobrança	946
SECÇÃO III Do pagamento voluntário	947
SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento	952
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correcção de erros da administração tributária	954
TÍTULO III Do processo judicial tributário	955
CAPÍTULO I Disposições gerais	955
SECÇÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	955
SECÇÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	957
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	958
SECÇÃO I Disposições gerais	958
SECÇÃO II Da petição	958
SECÇÃO III Da contestação	961
SECÇÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	962
SECÇÃO V Da instrução	963

SECÇÃO VI Da sentença	966
SECÇÃO VII Dos incidentes	967
SECÇÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	968
CAPÍTULO III Dos processos de acção cautelar	969
SECÇÃO I Disposições gerais	969
SECÇÃO II Do arresto	970
SECÇÃO III Do arrolamento	971
SECÇÃO IV Da apreensão	971
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária	972
CAPÍTULO IV Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	973
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	973
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	974
TÍTULO IV Da execução fiscal	975
CAPÍTULO I Disposições gerais	975
SECÇÃO I Do âmbito	975
SECÇÃO II Da competência	976
SECÇÃO III Da legitimidade	977
SUBSECÇÃO I Da legitimidade dos exequentes	977
SUBSECÇÃO II Da legitimidade dos executados	977
SECÇÃO IV Dos títulos executivos	979
SECÇÃO V Das nulidades processuais	980
SECÇÃO VI Dos incidentes e impugnações	980
SECÇÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	981
CAPÍTULO II Do processo	985
SECÇÃO I Disposições gerais	985
SECÇÃO II Da instauração e citação	989
SECÇÃO III Garantias especiais	993
SECÇÃO IV Do pagamento em prestações	993
SECÇÃO V Da dação em pagamento	998
SECÇÃO VI Da opposição	1000
SECÇÃO VII Da apreensão de bens	1003
SUBSECÇÃO I Do arresto	1003
SUBSECÇÃO II Da penhora	1003
SUBSECÇÃO III Dos embargos de terceiro	1011

SECCÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	1012
SECCÃO IX Da venda dos bens penhorados	1014
SECCÃO X Da extinção da execução	1019
SUBSECCÃO I Da extinção por pagamento coercivo	1019
SUBSECCÃO II Da extinção por pagamento voluntário	1021
SUBSECCÃO III Da declaração em falhas	1022
SECCÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	1023
TÍTULO V Dos recursos dos actos jurisdicionais	1024
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
Lei nº 15/2001, de 5 de Junho	1031
PARTE I Princípios gerais	1035
CAPÍTULO I Disposições comuns	1035
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	1039
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	1043
PARTE II Do processo	1047
CAPÍTULO I Processo penal tributário	1047
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	1052
SECCÃO I Disposições gerais	1052
SECCÃO II Processo de aplicação das coimas	1057
SUBSECCÃO I Da fase administrativa	1057
SUBSECCÃO II Da fase judicial	1061
PARTE III Das infracções tributárias em especial	1062
TÍTULO I Crimes tributários	1062
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	1062
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	1064
CAPÍTULO III Crimes fiscais	1068
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	1070
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	1071
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	1071
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	1076
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	1085
TÍTULO I Da ordem tributária	1089
CAPÍTULO I Princípios gerais	1089
CAPÍTULO II Normas tributárias	1092
TÍTULO II Da relação jurídica tributária	1093
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	1093

CAPÍTULO II	Objecto da relação jurídica tributária	1099
CAPÍTULO III	Constituição e alteração da relação jurídica tributária	1101
CAPÍTULO IV	Extinção da relação jurídica tributária	1102
SECÇÃO I	Pagamento da prestação tributária	1102
SECÇÃO II	Caducidade do direito de liquidação	1104
SECÇÃO III	Prescrição da prestação tributária	1106
CAPÍTULO V	Garantia da prestação tributária	1107
TÍTULO III	Do procedimento tributário	1109
CAPÍTULO I	Regras gerais	1109
CAPÍTULO II	Sujeitos	1113
SECÇÃO I	Administração tributária	1113
SECÇÃO II	Contribuintes e outros interessados	1123
CAPÍTULO III	Do procedimento	1127
SECÇÃO I	Início do procedimento	1127
SECÇÃO II	Instrução	1128
CAPÍTULO IV	Decisão	1129
CAPÍTULO V	Procedimentos de avaliação	1131
SECÇÃO I	Princípios gerais	1131
SECÇÃO II	Avaliação indirecta	1133
SUBSECÇÃO I	Pressupostos	1133
SUBSECÇÃO II	Critérios	1136
SUBSECÇÃO III	Procedimentos	1137
TÍTULO IV	Do processo tributário	1140
CAPÍTULO I	Acesso à justiça tributária	1140
CAPÍTULO II	Formas de processo e processo de execução	1142

REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro	1145	
TÍTULO I	Arbitragem tributária	1147
CAPÍTULO I	Disposições gerais	1147
SECÇÃO I	Pressupostos	1147
SECÇÃO II	Tribunais arbitrais	1148
CAPÍTULO II	Procedimento arbitral	1150
SECÇÃO I	Constituição de tribunal arbitral	1150
SECÇÃO II	Efeitos da constituição de tribunal arbitral	1152
CAPÍTULO III	Processo arbitral	1153
SECÇÃO I	Disposições gerais	1153
SECÇÃO II	Decisão arbitral	1155
SECÇÃO III	Recurso da decisão arbitral	1157
SECÇÃO IV	Impugnação da decisão arbitral	1158
TÍTULO II	Disposições finais	1158

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	1161
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	
Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	1165
PARTE I Procedimento de inspecção tributária	1167
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	1167
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	1167
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspecção tributária	1169
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspecção tributária	1170
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	1172
CAPÍTULO I Competência	1172
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	1173
TÍTULO III Planeamento e selecção	1174
CAPÍTULO I Planeamento	1174
CAPÍTULO II Selecção	1175
TÍTULO IV Actos de inspecção	1176
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	1176
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	1180
CAPÍTULO III Notificações e informações	1182
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	1184
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	1184
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	1184
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	1186
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	1187
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	1189
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	1189
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	1192

SUMÁRIO

TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro 9

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto 153

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro 157

REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC

Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro 333

TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro 359

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro 461

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	491
Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro Artigo 407º – Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	567
TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	571
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	587
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	651
CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO Lei nº 150/99, de 11 de Setembro	683
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	729
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	733
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	777
Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	791
BENEFÍCIOS FISCAIS	
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	795
CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de Outubro	877

PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	911
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS Lei nº 15/2001, de 5 de Junho	1031
LEI GERAL TRIBUTÁRIA Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	1085
REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de Janeiro	1145
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	1161
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	1165
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIRS E CIRC	1193
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIVA, RITI E CIEC	1203
ÍNDICE ANALÍTICO DO CIMI, CIMT E CIS	1213
ÍNDICE ANALÍTICO DO EBF	1223
ÍNDICE ANALÍTICO DO CPPT, RGIT E LGT	1227
ÍNDICE-SUMÁRIO	1239
SUMÁRIO	1253